

## **Memorando da Reunião entre a Direcção da APA e o Secretário de Estado da Cultura, realizada em 8 de Fevereiro de 2010 pelas 10:30 horas**

Realizou-se em 8 de Fevereiro do corrente, pelas 10:30 horas, nas instalações do Ministério da Cultura (MC) sitas no Palácio Nacional da Ajuda, a audiência solicitada pela Direcção da Associação Profissional de Arqueólogos (APA) à Ministra da Cultura, por ocasião da tomada de posse do novo Governo. Estiveram presentes os Secretário de Estado da Cultura, Elísio Summavielle, o Subdirector do Instituto de Gestão do Património Arquitectónico e Arqueológico (IGESPAR), João Pedro da Cunha Ribeiro, e os representantes da APA, Maria José de Almeida e Paulo Félix.

A reunião iniciou-se com a entrega ao Secretário de Estado de um documento que sistematizava os antecedentes, datados desde 1 de Agosto de 2007, ocasião em que a Direcção da APA se reuniu com a Direcção do IGESPAR e se discutiram aspectos respeitantes à reorganização do MC no âmbito do Plano de Reestruturação da Administração Central do Estado (PRACE).

Neste contexto, a APA expressou as suas preocupações e dúvidas relativas ao funcionamento dos serviços do Estado com competências na área do Património Arqueológico, realçando a sobreposição funcional entre algumas das atribuições do IGESPAR e das Direcções Regionais de Cultura (DRC) e a falta de enquadramento jurídico para as denominadas Extensões Territoriais (ET) do IGESPAR, que não estão previstas na orgânica deste instituto (Decreto-Lei n.º 96/2007 de 29 de Março). O Secretário de Estado afirmou que as ET continuam a existir e a ter conteúdos funcionais por força da incorporação das atribuições e da estrutura orgânica do anterior Instituto Português de Arqueologia (IPA) no IGESPAR, “subentendendo-se” que houve uma transição automática daqueles serviços descentralizados. Mais, afirmou que se adoptou uma política de observação e teste nos primeiros anos de vigência da nova orgânica do MC na relação entre as ET e as DRC por forma a avaliar como se articulavam entre si os dois serviços. O Subdirector do IGESPAR sublinhou que, de qualquer modo, as ET serão formalizadas num futuro muito próximo através de um Despacho do Director do IGESPAR, referindo ainda que as competências das DRC no âmbito do Património se restringem exclusivamente ao Património Classificado e áreas envolventes.

Em continuação, a APA perguntou qual o enquadramento futuro dos anteriores Centro de Investigação em Paleoecologia Humana e Arqueociências (CIPA) e Centro Nacional de Arqueologia Náutica e Subaquática (CNANS). A respeito do CIPA, o Secretário de Estado informou que estas valências serão mantidas através de um protocolo cujos contornos ainda se encontram em estudo entre o MC e a Fundação para a Ciência e Tecnologia (FCT), referindo que a sua continuidade é muito importante mas inserida num contexto institucional mais “natural”, o do Ministério da Ciência e Ensino Superior (MCES), a exemplo do que se passa em muitos outros

países. A colaboração com este Ministério poderá ainda potenciar a celebração de protocolos com instituições de ensino que ministrem cursos na área de arqueologia, de modo a que se enquadrem estudantes e bolseiros nas actividades deste centro de investigação.

Em resposta à questão de se o CNANS também viria a ter um enquadramento similar, tanto o Secretário de Estado como o Subdirector do IGESPAR afirmaram que se manterá na esfera do IGESPAR, porque o CNANS possui atribuições funcionais do âmbito da fiscalização e da gestão de trabalhos e do Património Arqueológico Subaquático. Em simultâneo, estão em curso conversações com a Marinha com o intuito de a envolver no processo de fiscalização do cumprimento da legislação que protege o Património Arqueológico Subaquático.

A questão do envolvimento da Marinha foi a pedra de toque para o tema seguinte: a tão polémica transferência do Museu Nacional de Arqueologia (MNA) para as instalações da Cordoaria Nacional. Contrariando as notícias que davam conta de que o protocolo entre o MC e a Marinha ainda não tinha sido assinado, o Secretário de Estado referiu que esse protocolo foi realmente assinado no final da anterior legislatura e que a transferência do MNA e alguns dos antigos serviços da Av. da Índia para a Cordoaria Nacional era um dado adquirido, apesar da resistência do Director do MNA. Sublinhou ainda que o edifício da Cordoaria Nacional está em óptimas condições, com um isolamento perfeito proporcionado pela espessura das paredes dos alicerces, conforme foi comprovado por trabalhos de geotecnia recentes. Assim sendo, calcula-se que o MNA deverá estar nas novas instalações em 2013, já que também existem pressões para que a “torre oca” do Mosteiro dos Jerónimos seja entregue à Marinha o mais cedo que for possível.

À pergunta sobre os planos que recaem sobre a chamada Biblioteca de Arqueologia, o Secretário de Estado realçou a sua enorme importância para toda a comunidade arqueológica, de modo que enquanto não for possível instalá-la definitivamente na Cordoaria Nacional, integrada funcionalmente no “novo” Museu Nacional de Arqueologia, se está a proceder à sua montagem no espaço do Palácio Nacional da Ajuda. Esta Biblioteca, em conjunto com o Arquivo da Arqueologia Portuguesa, deverá estar em condições de ser aberta ao público dentro de dois meses. A APA fez eco então de uma série de queixas que se têm vindo a multiplicar relativamente ao funcionamento da base de dados Endovélico, nomeadamente as constantes falhas de acesso e a falta de actualização de conteúdos. Tanto o Secretário de Estado como o Subdirector do IGESPAR argumentaram que estas deficiências se deviam, em grande parte, à quebra do contrato com a empresa que geria o sistema no âmbito do IPA e à falta de pessoal. Existem também algumas dificuldades de integração com o novo website do IGESPAR, dificuldades que ainda não foram ultrapassadas. Lamentando o desinvestimento em recursos humanos nesta área, a APA sugeriu que se pensasse na criação de um mecanismo de actualização de dados que partisse dos próprios arqueólogos envolvidos nos trabalhos, através, por exemplo, do preenchimento de um formulário em linha que utilizasse o modelo proporcionado pela actual “Ficha de Sítio/Trabalhos Arqueológicos”, já que se conseguiria assim uma maior actualização de conteúdos pelos principais interessados na qualidade e operacionalidade do sistema de informação. O Subdirector do IGESPAR respondeu que se poderia pensar nessa possibilidade, apesar de ter mostrado algumas reticências à proposta, ao argumentar que existem problemas de acesso/autenticação que teriam que ser resolvidos, deixando em aberto a ideia de que é necessário uma verificação/autenticação prévia dos conteúdos proporcionada pelos serviços do IGESPAR.

O seguinte tema abordado prendia-se com a possibilidade de criação de uma Ordem dos Arqueólogos, recordando-se quais os passos legais que será necessário tomar. O Secretário de Estado afirmou que o MC está aberto à ideia de desenvolvimento de um projecto de criação da Ordem dos Arqueólogos – que passará pela aprovação na Assembleia da República de uma lei nesse sentido –, mas somente a partir de uma proposta formal que lhes chegue das estruturas exteriores de representação dos arqueólogos enquanto profissionais.

Finalmente, abordou-se a questão do enquadramento jurídico e tutela das entidades colectivas que exercem a sua actividade no domínio da Arqueologia, tendo a APA lembrado que por “entidades colectivas” se deve entender um vasto rol de estruturas que desenvolvem trabalhos e enquadram profissionais, que não se esgota na figura jurídica de “empresa”. O Secretário de Estado informou que o MC está alerta para este problema e que a certificação das “empresas de Arqueologia” (*sic*) é um processo essencial para o aumento da qualidade dos serviços prestados e para o desenvolvimento de uma percepção social mais positiva da actividade arqueológica. Neste contexto, a APA defendeu a criação de um sistema de alvarás para entidades que desenvolvem a actividade no âmbito comercial como tarefa fundamental do Estado na regulação da actividade, ideia com a qual os representantes do MC expressaram a sua concordância. Insistindo que a certificação de qualidade ultrapassa contudo esse nível, a APA entregou um documento que apresenta o projecto de certificação das entidades colectivas no âmbito da APA que está em desenvolvimento neste momento com um conjunto de entidades que se identificaram no mesmo. Sendo este um projecto emanado da sociedade civil que irá ser implementado independentemente do aparelho de Estado, a APA expressou o interesse no reconhecimento deste sistema pela entidade da tutela, situação para a qual o Secretário de Estado manifestou a sua abertura. A direcção da APA informou que durante o ano de 2010 deverá ser entregue ao MC um dossier relativo à implementação deste projecto.